

Pirassununga, 18 de Julho de 2025 | Ano 12 | Nº 144

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 630/25 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/25

No uso das atribuições legais, RATIFICO e HOMOLOGO nos Termos do Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas atribuições posteriores, o objeto Contratação de serviços de manutenção e reparação de motor batedor de cal, incluindo rebobinamento, embuchamento e fornecimento de peças de reposição, para garantir a continuidade do tratamento de água na Estação de Tratamento de Água (ETA I) do município, referente ao processo supracitado, realizado na modalidade Dispensa de Licitação nº 09/2025, para a empresa ELETRO TECNICA PEPE LTDA EPP, que ofertou o valor de R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais), conforme informações constantes do Processo. Pirassununga, 18 de julho de 2025. Pedro Westphal Nunes – Superintendente.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 989/25 – DISPENSA ELETRÔNICA 44/25

No uso das atribuições legais, RATIFICO e HOMOLOGO nos Termos do Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas atribuições posteriores, o objeto Contratação de empresa para fornecimento de chips M2M (2G) para telemetria e automação, de modo a atender as necessidades do Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga – SAEP, referente ao processo supracitado, realizado na modalidade Dispensa Eletrônica nº 44/2025, para a empresa N M C DA SILVA, que ofertou o valor de R\$ 3.996,00 (três mil, novecentos e noventa e seis reais), conforme informações constantes do Processo.

“Dispõe sobre concessão de uso de bens públicos municipais e dá outras providências.”
Pirassununga, 18 de julho de 2025. Pedro Westphal Nunes – Superintendente.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1041/25 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/25

No uso das atribuições legais, RATIFICO e HOMOLOGO nos Termos do Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas atribuições posteriores, o objeto Aquisição e instalação de motor para automatização do portão da ETA I, de modo a atender as necessidades do Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga – SAEP, realizado na modalidade Dispensa de Licitação nº 016/2025, para a empresa IVAN DINEI FURLAN ME, que ofertou o valor de R\$ 1.820,00 (um mil, oitocentos e vinte reais), conforme informações constantes do Processo. Pirassununga, 18 de julho de 2025. Pedro Westphal Nunes – Superintendente.

ERRATA

O Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga comunica que na publicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenções diversas em equipamentos do tratamento Preliminar 1 (Rosca sem fim, Peneira e Transportador de areia), localizados na ETE “Laranja Azeda”, no município de Pirassununga, na data de

quinta-feira, 17 de julho de 2025: Onde Lê-se: “Preliminar 2”; Leia-se: “Preliminar 1”. Pirassununga, 18 de julho de 2025. Alecsandra Rossani Scholling – Seção de Licitação.

ATOS OFICIAIS
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Nos termos do §2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município e artigo 37 da Constituição Federal, a Câmara Municipal de Pirassununga comunica que recebeu e publica, o Projeto de Lei Complementar nº 04/2025, de autoria do Vereador Fabrício Lubrech, que dispõe sobre a concessão de naming rights para bens públicos municipais e dá outras providências, estando à disposição da população para conhecimento, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, cuja tramitação poderá iniciar após 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga. Pirassununga, 10 de julho de 2025. **Wallace Ananias de Freitas Bruno** - Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2025

“Dispõe sobre concessão de uso de bens públicos municipais e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA APROVA, E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR: Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder, mediante licitação, o direito de uso de nome (naming rights) a entidades da iniciativa privada interessadas na associação de sua marca a bens públicos municipais, tais como praças, ginásios, estádios, centros esportivos, centros culturais, parques, teatros, bibliotecas, escolas, unidades de saúde, vias públicas e demais equipamentos públicos. **Parágrafo único.** A cessão de que trata este artigo não acarreta a transferência de domínio ou alienação da propriedade do bem denominado. **Art. 2º.** A concessão de naming rights terá como finalidade: I - A captação de recursos financeiros ou investimentos diretos; II - A manutenção, modernização, conservação ou ampliação dos bens públicos; III - A promoção de parcerias com a iniciativa privada visando à valorização do patrimônio público. **Art. 3º.** A concessão será formalizada por contrato administrativo, precedida obrigatoriamente de licitação ou chamamento público, conforme a legislação vigente,

Pirassununga, 18 de Julho de 2025 | Ano 12 | Nº 144

observando-se os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com critérios claros e objetivos para a seleção das empresas. **Art. 4º.** O contrato de concessão de naming rights deverá conter, no mínimo: I - A identificação completa do bem público objeto da concessão; II - O prazo de vigência, que não poderá ultrapassar 10 (dez) anos, admitida uma única prorrogação por igual período; III - O valor da contrapartida financeira ou os investimentos previstos; IV - Os direitos e deveres das partes; V - As hipóteses de rescisão contratual, penalidades e formas de fiscalização. **§1º.** As contrapartidas referidas neste artigo serão proporcionais ao valor dos direitos adquiridos e, em nenhuma hipótese, poderão ser irrisórias ou meramente simbólicas. **§2º.** As intervenções a serem desenvolvidas nos equipamentos e espaços públicos, por meio do contrato de cessão onerosa, ficam sujeitas à aprovação prévia do Poder Público, que determinará os padrões arquitetônicos e urbanísticos específicos para cada área pública. **§3º.** A previsão do inciso II não afasta as hipóteses das parcerias público-privadas (PPPs), sendo que neste caso observar-se-á o regramento da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, desde que esta seja mais vantajosa em relação àquela. **Art. 5º.** O nome original do bem público será obrigatoriamente mantido, podendo ser acrescido da marca ou nome do patrocinador, mediante regulamentação específica. **§1º.** A alteração de nomenclatura não poderá comprometer o caráter histórico ou cultural do bem público, nem gerar qualquer forma de exclusividade de uso do espaço ao patrocinador. **§2º.** A responsabilidade pelos custos relacionados à troca das placas de anúncio indicativo serão sempre da cessionária. **Art. 6º.** É vedada a concessão de naming rights a: I – Pessoas Jurídicas condenadas por quaisquer dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como às consideradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar e contratar, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, além das penalidades aplicadas pela Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, ou que contenham sócios administradores condenados por alguma dessas práticas, respeitada a extinção da punibilidade; II – Pessoas Jurídicas condenadas por crimes ambientais, respeitada a extinção da punibilidade; III – Pessoas Jurídicas cujos sócios administradores tenham sido condenados por crimes contra a administração pública, respeitada a extinção da punibilidade; IV - Empresas ou marcas associadas a produtos cuja publicidade seja vedada por lei, como tabaco, bebidas alcoólicas, armas de fogo, jogos de azar,

entre outros; V - Empresas inadimplentes com o Município ou com irregularidades fiscais ou trabalhistas comprovadas. **Art. 7º.** Os recursos obtidos com as concessões serão obrigatoriamente aplicados em ações de manutenção, revitalização ou melhoria dos próprios bens públicos envolvidos, devendo a destinação dos valores ser discriminada nos portais de transparência do Município. **Art. 8º.** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei Complementar a fim de estabelecendo critérios técnicos, procedimentos administrativos e diretrizes complementares para a efetivação das concessões. **Art. 9º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário. Pirassununga, 08 de julho de 2025. **Fabício Lubrechete-Vereador**

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa regulamentar, no âmbito do Município de Pirassununga, a concessão de naming rights para bens públicos, uma prática moderna já consolidada em várias cidades brasileiras como forma de atrair investimentos sem aumentar a carga tributária. Trata-se de uma política pública eficiente, voltada à captação de recursos da iniciativa privada para manutenção, modernização e valorização de equipamentos públicos, como praças, centros esportivos, bibliotecas e escolas, mediante a cessão do direito de associação de marca a esses espaços. Exemplos de Municípios que adotaram este tipo de política e gestão de bens públicos, os quais são modelos a serem seguidos: São Paulo (SP): A Lei Municipal nº 17.910/2023 regulamentou os naming rights na capital paulista. Em 2024, o programa gerou mais de R\$ 30 milhões em estimativas de contratos, com espaços como o Vale do Anhangabaú e o Centro Olímpico atraindo patrocinadores de grande porte. Santos (SP): A cidade aprovou a Lei 4.147/2023, permitindo a inclusão de marcas em ginásios e centros esportivos. O projeto viabilizou investimentos diretos em manutenção de equipamentos públicos, sem custos para os cofres municipais. Jaraguá do Sul (SC): Desde 2023, contratos de naming rights têm permitido que eventos tradicionais, como a Schützenfest, recebam patrocínios privados, gerando receitas próprias para cultura e turismo. Joinville (SC): A autorização legislativa para naming rights, em 2025, abriu portas para investimentos em espaços públicos com cláusulas de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental incluídas nos contratos. Florianópolis (SC) e Goiânia (GO) também aprovaram leis similares, consolidando a prática como tendência nacional. Essa experiência demonstra que o modelo é juridicamente seguro, financeiramente viável e socialmente justo, pois não onera o cidadão e ainda melhora a qualidade dos serviços públicos. A presente proposta está inserida na competência municipal e respeita os princípios da legalidade, moralidade,

Pirassununga, 18 de Julho de 2025 | Ano 12 | Nº 144

publicidade e eficiência. Também prevê licitação obrigatória, vedações legais, e a preservação do nome histórico dos espaços públicos. Também, existem vedações às pessoas jurídicas condenadas por práticas criminais, de improbidade e também por atos definidos como corrupção, conforme a previsão no art. 6º, deste Projeto ou, ao menos, entidades que contam com sócios administradores na situação de condenados por aquelas práticas, visando a probidade e moralidade administrativas. Destaca-se, também, que será assegurada a função social dos bens e locais públicos, uma vez que após a cessão o cessionário deverá cumprir com as obrigações previstas no contrato administrativo, sob pena de caducidade, conforme Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Por fim, a via eleita mostra-se em conformidade com o art. 31, §1º, VIII, da Lei Orgânica do Município, visto que, ainda que indiretamente, haverá ocupação de solo com a cessão de bens públicos por pessoa jurídica estranha à Administração Pública municipal. Dessa forma, solicito aos Nobres Pares desta Casa Legislativa a apreciação e aprovação deste projeto, em prol de uma gestão pública mais inovadora, eficiente e comprometida com a valorização do patrimônio municipal. Pirassununga, 08 de julho de 2025. **Fabício Lubrechet - Vereador**

FIM DA EDIÇÃO

MUNICIPIO DE
PIRASSUNUNGA:457316500
00145

Assinado de forma digital por
MUNICIPIO DE
PIRASSUNUNGA:45731650000145
Dados: 2025.07.18 17:07:05 -03'00'